

20 DE MAIO DE 2020
17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM AMBIENTE VIRTUAL
Presidência: CAUÊ MACRIS
RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Abre a sessão. Coloca em discussão requerimento, do deputado Vinícius Camarinha, de urgência ao PL 350/20.

2 - JORGE CARUSO

Para questão de ordem, indaga à Presidência até quando é possível apresentar emendas ao PL 350/20.

3 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Afirma que o prazo é de cinco dias, caso não aprovada a urgência, e de mais um, se aprovada.

4 - JORGE CARUSO

Discute o requerimento de urgência ao PL 350/20.

5 - PAULO LULA FIORILO

Discute o requerimento de urgência ao PL 350/20.

6 - GIL DINIZ

Discute o requerimento de urgência ao PL 350/20.

7 - DANIEL JOSÉ

Discute o requerimento de urgência ao PL 350/20.

8 - MÁRCIA LULA LIA

Discute o requerimento de urgência ao PL 350/20.

9 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Solicita aos parlamentares que se atenham ao tema objeto da sessão, segundo o art. 18 do Regimento Interno.

10 - ENIO LULA TATTO

Discute o requerimento de urgência ao PL 350/20.

11 - JORGE CARUSO

Discute o requerimento de urgência ao PL 350/20.

12 - EMIDIO LULA DE SOUZA

Discute o requerimento de urgência ao PL 350/20.

13 - FREDERICO D'ÁVILA

Discute o requerimento de urgência ao PL 350/20.

14 - JOSÉ AMÉRICO LULA

Discute o requerimento de urgência ao PL 350/20.

15 - MONICA DA BANCADA ATIVISTA

Discute o requerimento de urgência ao PL 350/20.

16 - CARLIÃO PIGNATARI

Discute o requerimento de urgência ao PL 350/20.

17 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Encerra a discussão. Coloca em votação nominal o requerimento de urgência ao PL 350/20.

18 - ITAMAR BORGES

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do MDB.

19 - JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do Republicanos.

20 - MONICA DA BANCADA ATIVISTA

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSOL.

21 - PAULO CORREA JR

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do DEM.

22 - ROGÉRIO NOGUEIRA

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do DEM.

23 - TENENTE NASCIMENTO

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSL.

24 - TEONILIO BARBA LULA

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PT.

25 - THIAGO AURICCHIO

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PL.

26 - DELEGADO OLIM

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PP.

27 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Informa que os deputados Marcio da Farmácia, em nome do Podemos; e Vinícius Camarinha, em nome do PSB, colocaram suas respectivas bancadas em obstrução ao processo de votação.

28 - GIL DINIZ

Para questão de ordem, indaga à Presidência como o quórum virtual é contabilizado.

29 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Afirma que o login no chat contabiliza o quórum em ambiente virtual. Informa que os deputados Marcio Nakashima, em nome do PDT; e Carla Morando, em nome do PSDB, colocaram suas respectivas bancadas em obstrução ao processo de votação. Anuncia o resultado da votação nominal, que aprova o requerimento de urgência ao PL 350/20. Convoca reunião extraordinária das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Finanças, Orçamento e Planejamento, e de Administração Pública e Relações do Trabalho, para reunião conjunta a ser realizada dia 26/05, às 14 horas e 30 minutos; e sessão extraordinária em ambiente virtual a ser realizada dia 22/05, às 14 horas e 30 minutos. Encerra a sessão.

* * *

- Abre a sessão o Sr. Cauê Macris.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Presente virtualmente o número de Sras. Deputadas e Srs. Deputados pelo nosso Regimento Interno, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior.

* * *

- Passa-se à	

ORDEM DO DIA
* * *
O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Discussão e votação do requerimento de autoria do deputado Vinícius Camarinha, que propõe a tramitação em regime de urgência do Projeto de lei nº 350, de 2020, que estabelece medidas emergenciais de combate ao novo coronavírus, Covid-19, no estado de São Paulo.

Para continuar a discussão pelo tempo remanescente de oito minutos, com a palavra o deputado Jorge Caruso. Precisa desabilitar o som do deputado Jorge Caruso. Deputado Caruso? Você, Caruso, precisa desabilitar o som do seu computador. Agora sim. Tem a palavra V. Exa., deputado Caruso.

O SR. JORGE CARUSO - MDB - Primeiro, para uma questão de ordem, presidente. Apenas para entender uma... é possível? O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Claro. Pois não. Então eu seguro o tempo. Tem a palavra para uma questão de ordem.

O SR. JORGE CARUSO - MDB - PARA QUESTÃO DE ORDEM - Até para entender a questão da apresentação de emendas, Sr. Presidente, neste projeto. Nós estamos, acho que hoje é o segundo dia de apresentação de emendas.

Quando terminaria e, caso venha a ser aprovado o regime de urgência, como ficaria a apresentação de emendas e até quando? Existe um caso específico, Sr. Presidente? O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sem aprovação do regime de urgência, as emendas já podem ser apresentadas por até cinco dias, que é o tempo em que ele corre pauta.

Caso aprovada a urgência hoje, por mais um dia podem ser apresentadas essas emendas. Ou seja, hoje nós estamos no segundo dia, ficaria amanhã ainda para apresentar as emendas.

O SR. JORGE CARUSO - MDB - Perfeito. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra para discutir por oito minutos remanescentes da sessão anterior.

O SR. JORGE CARUSO - MDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente e Srs. Deputados, cumprimentar a todos.

Ontem nós fizemos a exposição, talvez um pouco rápida, pertinente ao porquê do não cabimento do regime de urgência a um projeto dessa natureza. Um projeto, a nosso ver, que deve ser louvado por conta, principalmente, do esforço do deputado Camarinha, que tentou juntar as opiniões de todos os deputados, as sugestões de todos os deputados, mas, a nosso ver, o projeto não encontra respaldo legal em muitos aspectos, um projeto que também em outros aspectos vai do nada para lugar nenhum.

Um terceiro ponto é que é um projeto que versa muito sobre transparências. É importante por esse lado, mas a gente não consegue encontrar uma finalidade real para a urgência e não vê aplicabilidade de artigo nenhum em caráter de urgência para justificar essa pressa.

Ao contrário, é um projeto delicado, é um projeto que tem elementos complexos e eu vou rapidamente tentar resumir o de ontem e completar o meu raciocínio.

Na verdade, eu vou iniciar por um item que eu parei ontem, que foi a criação do auxílio emergencial para mulher vítima de violência. É um auxílio que eu reputo fundamental, muito importante, que eu acho até que não deve perdurar enquanto durar o estado de calamidade, eu acho que a Assembleia tinha que tomar uma providência desse tipo de auxílio se tornar em caráter permanente.

Só que a forma como foi colocado o dispositivo, ela induz que nós estamos efetivamente criando-o, só que o governo vai vetar. Ele é inconstitucional. Nós não temos autonomia para a criação disso. E nós vamos ficar com a pecha de uma Casa de Leis que cria efetivamente algo por lei e não podemos fazer isso, ou seja, eu acho que é uma vergonha para nós.

Quicá a gente pudesse, ou quicá a gente vote e o governador sancione e a gente comece e inove pertinente a essa matéria. Está aí o deputado Barros Munhoz, que foi presidente desta Casa, tanta gente que conhece bem a matéria, não vai passar, o governo vai vetar.

Se é para vetar - eu acho que esse auxílio é muito justo -, se é para vetar, então que a gente já coloque por emenda um monte de coisa. Vamos ajudar um monte de gente, vamos criar um monte de coisa, porque aí já veta tudo junto. A gente está de brincadeira.

Nós talvez tivéssemos tido a oportunidade de resolver essa questão, e acho que faltou todos pensarem, se alguns pensaram, passou despercebido, nós passamos o Fundo da Assembleia Legislativa para o governo gastar no estado de calamidade.

Talvez se a gente tivesse fixado que esse fundo, parte desse fundo, fosse revertido especificamente para isso, talvez a gente tivesse dado um caráter de constitucionalidade a essa medida.

Então, o que a gente precisa estudar nesse projeto é uma forma de reverter, talvez, parte desses recursos do Fundo que reverta isso. O que nós não podemos é criar, efetivamente, esse auxílio, como a gente não pode criar imposto e outras coisas mais. Então, uma coisa que precisa ser muito bem estudada e a gente precisa consertar isso para não fazer papelão. Essa é a minha primeira preocupação.

Quero dizer outras coisas também. Aprovar isto daqui em caráter emergencial, vou voltar a um tópico. Como a gente vai aprovar sem ouvir o secretário de Transportes Metropolitanos? Como a gente vai estabelecer normatização de distanciamento dentro de trens e metrô? O cara vai ter que ficar a um metro de distância dentro do trem e do metrô. É ótimo na prática, é ótimo, é a necessidade que nós temos. Como a gente vai tornar isso exequível?

Fora esses dois aspectos, eu pergunto: quais outros elementos a gente tem, efetivamente, de combate ao coronavírus, enfim, que é necessária tanta agilidade? Eu não vejo motivação.

O Art. 1º diz o seguinte, que tudo o que a gente aprovar aqui tem caráter retroativo. Se tem caráter retroativo, a gente pode fazer com calma, a gente pode fazer com muita técnica e objetivando ser o mais justo possível, não fazer a toque de caixa.

Outra, a gente prevê aqui estímulos fiscais, enfim, mas não está discriminado isso. É complicado. Para quem vai ser? Vai ser para todos? Volto a insistir para o pessoal ficar atento no que tange ao Art. 4º, que é muito complicado, que diz que, nos contratos de prestação de serviços da Administração, ela pode adotar instrumentos, em especial medidas de natureza indenizatória, para os prestadores de serviço. Isso é muito complicado. Vai ser para todos? Vai ser para quem? Não vai ser para ninguém? E quem não presta? Uma empresa que presta serviços ao serviço público e outra que não, só ao particular. Por que só essa vai receber benefícios?

Então a gente está, de uma forma muito perigosa, criando um gatilho de protectionismo talvez em cima de algumas empresas. Mais do que isso, vai ficar a cargo do poder discricionário do Executivo escolher quem pode ter direito a indenização ou não.

A gente não pode esquecer, hoje tem uma matéria interessante, pertinente a indenizações trabalhistas. O Fogo de Chão, churrascaria, anunciou uma demissão em massa e parece que por sugestão ou por dica, pegou no ar uma fala do presidente Bolsonaro, as empresas vão tentar impactar ao Estado o custo de todo o pagamento das indenizações trabalhistas por conta da ordem de fechamento.

Há também uma matéria muito interessante, que diz o seguinte, que na Justiça do Trabalho esse entendimento dos governadores e prefeitos pagarem essa conta é por conta de atos específicos praticados pelo governador e pelo prefeito, mas que não havia previsão para a pandemia.

Então a gente está diante de uma série de situações novas e delicadas e a gente precisa tomar muito cuidado com aquilo que a gente vai aprovar. A gente abre uma brecha complicada, delicada, que pode fazer com que o agente público se sinta no direito de fazer qualquer coisa. Qualquer coisa é algo também complexo.

Quando nós aprovamos o estado de calamidade, a gente já deu um cheque em branco para muita gente. Só que até então o dar o cheque em branco e a gente aprovar uma lei ainda, passando não só um cheque em branco que no meu ver pode, em alguns aspectos, dar o caráter de que a Assembleia é fiadora dos atos eventualmente praticados é mais delicado ainda.

E eu sei que no processo em que, eventualmente, alguém cometa algum equívoco numa contratação, e tem gente no Brasil sendo presa por irregularidades, a primeira coisa que pode é falar o seguinte, “nós fizemos isso por conta do estado de calamidade e a Assembleia aprovou uma lei que reitera essa situação”. Então a minha preocupação é muito grande no seguinte sentido, nós não podemos...

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para concluir, deputado Caruso.

O SR. JORGE CARUSO - MDB - Obrigado, Sr. Presidente. Nós não podemos criar um protectionismo com essa lei. A gente tem que se ater àquilo que efetivamente for bom para o combate ao coronavírus. Agora, necessidade de emergência, aqui, com todo o respeito, não tem nenhuma.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Obrigado, deputado Caruso. Próximo inscrito é o deputado Paulo Fiorilo. Tem a palavra a Vossa Excelência.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pois não, deputado Fiorilo. Tem a palavra Vossa Excelência.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Muito obrigado.

Bom, primeiro, dizer que a Assembleia tem demorado muito para poder discutir projetos da sua lavra, da lavra de seus deputados, para contribuir no combate a essa pandemia. O único projeto dos deputados foi o projeto que fez os cortes nos subsídios dos deputados, nos salários dos funcionários, que está sub judice, nas verbas de gabinete, no Fundo da Assembleia.

Se olharmos outros parlamentos, vou começar com o de São Paulo, deputada Leci Brandão, que conhece muito bem, eles já aprovaram o projeto de lei com contribuições importantíssimas para o combate à pandemia aqui na cidade de São Paulo.

la citar dois ou três exemplos. Um deles, a utilização dos CEUs, projeto do vereador, meu amigo, Alfredinho, que, aliás, é amigo também do deputado Barba. O projeto que você pode comprar leitos. Projetos que são ousados.

Aí eu queria dialogar com o meu amigo, deputado Jorge Caruso. Deputado Caruso, eu sou um neófito na Assembleia Legislativa, o senhor sabe disso, diferente da experiência que o senhor tem e outros deputados. Mas, eu, na minha parca experiência, vi projetos de lei com vício de iniciativa serem aprovados e sancionados e salvarem vidas.

Eu vou dar um exemplo que não é da minha época e também não deve ser da do senhor: cinto de segurança na cidade de São Paulo. O senhor deve se recordar. Aqui, possivelmente, alguns devem saber como foi o projeto.

Projeto de um vereador, inconstitucional, foi sancionado pelo então prefeito Paulo Maluf e virou uma referência nacional. Imagine se o prefeito tivesse usado esse argumento da inconstitucionalidade, o projeto jamais teria sido aprovado pelo legislativo paulistano, uma contribuição importantíssima.

Eu estou fazendo essas considerações e utilizei aqui o exemplo do deputado Caruso, primeiro, para dizer que eu concordo com as preocupações do deputado.

Nós não podemos produzir um projeto que vá depor contra a Assembleia Legislativa, tanto do ponto de vista de projeto que pode gerar despesas, como projetos que podem dialogar com a inconstitucionalidade, mas eu tenho a impressão de que esse debate que nós estamos fazendo agora pode ser fundamental para que a gente produza um projeto que, ao contrário de esbarrar na inconstitucionalidade, na ilegalidade, possa dar uma contribuição grande. Aí que eu acho que começam a ter os problemas.

Em minha opinião, esse projeto está muito tímido. Ele poderia ter avançado muito mais, ele poderia apresentar ao governador sugestões como nós, da bancada do PT, já fizemos. Apresentamos um plano de combate à Covid-19.

A deputada Bebel, o deputado Barba e outros deputados estiveram, inclusive, em reuniões com o governo para apresentar propostas. Infelizmente, a proposta apresentada não teve desdobramentos. Espero até que a gente possa aproveitar coisas agora nessa discussão desse “projetoão” e em outras que a Assembleia deve fazer.

Portanto, a minha opinião é que, primeiro, nós estamos sendo muito tímidos. Nós podemos propor várias outras ações. Eu vou dar um exemplo aqui que o governador está fazendo. Nas comunidades carentes, o grande problema hoje é o isolamento.

Na região de Paraisópolis já existe a possibilidade de uma escola abrigar as pessoas para que elas possam cumprir o isolamento. Não é a pessoa que está já em uma situação de leito ou de UTI, mas de uma situação de necessidade de isolamento. A Assembleia poderia propor nessa lei, nesse “projetoão”, iniciativas desse tipo.

Eu estou falando das escolas como possibilidade de abrigar pessoas sem condições, mas a gente poderia falar dos moradores em situação de rua, nós poderíamos falar das comunidades mais carentes.

Existem, na cidade de São Paulo e no estado, vários hotéis que estão desocupados. Aliás, eu queria fazer um registro aqui. Os representantes das redes hoteleiras fizeram uma manifestação discriminatória, não sei se aqui algum deputado tomou conhecimento, mas dizendo que morador em situação de rua não poderia utilizar os quartos de hotéis que estão ociosos, desocupados.

Houve uma reação na cidade de São Paulo do movimento. Ontem eu recebi a retratação, pedindo desculpas, dizendo que houve um mal-entendido e que eles têm total interesse de contribuir nesse momento tão difícil.

Existem várias possibilidades, por isso que eu digo que esse projeto, infelizmente, ainda é um projeto muito tímido e ele poderia avançar. Todos os deputados aqui, possivelmente, têm uma ou outra sugestão que não foi incorporada.

Então, por que elas não foram incorporadas? Não porque possivelmente o deputado Camarinha, que assumiu uma tarefa hercúlea, que foi de juntar 94, mais, muitos mais iniciativas, porque teve deputado que apresentou mais de uma, mas, por exemplo, por que nós não poderíamos dialogar, como disse aqui o deputado Dr. Jorge do Carmo, mesmo o deputado Luiz Fernando e outros deputados que apresentaram e que eu não me recordo, a possibilidade de suspender o pagamento das parcelas da CDHU?

Qual é o problema? Por que nós não podemos usar? Por que nós não podemos contribuir com aqueles que mais precisam? Com aqueles que precisam ficar em casa e não circulando pelas ruas, como a gente tem visto. De carro ou a pé. Essa é uma iniciativa que a Assembleia poderia, muito bem, colocar no “projetoão”.

Sabe qual a outra sugestão que eu estou apresentando e queria muito dialogar? É, por exemplo, as frentes de trabalho nas prefeituras do estado. Nós podemos apresentar uma proposta que facilite a contratação de trabalhadores nessa fase crítica da pandemia, em que as pessoas podem trabalhar em serviços essenciais, e que as prefeituras poderiam contratar.

Existem vários serviços nesse sentido. Por que o projeto não pode facilitar, flexibilizar e ajudar as prefeituras? Não só a prefeitura da cidade de São Paulo, não só as maiores prefeituras, mas as pequenas, as médias e as grandes. Isso seria uma contribuição fundamental.

Vou dar um outro exemplo, a questão da agricultura familiar. Quantos aqui não viram matérias dizendo que os produtores do hortaliças tiveram que jogar fora - jogar fora - a sua produção?

Eu dialoguei com a secretária Patricia Ellen, falei com a prefeitura de São Paulo para tentar buscar alternativas, mas a alternativa mais fácil é comprar a cesta pronta, de empresas. Por que não é possível buscar alternativas para que o pequeno produtor, agricultor rural, faça esse tipo de venda, facilite a vida dele?

Porque, com quem eu falei da produção, do campo, pequenos produtores da região de Ibiúna, eles disseram: “Daqui a um mês nós não vamos estar produzindo, porque não temos mais condições, não temos mais capacidade, não há retorno financeiro”.

Eu sei e disse aqui dos limites do deputado Camarinha. Os limites do deputado Camarinha estão no Executivo e no Legislativo. Nós precisamos ouvir para além do Executivo. Nós precisamos exigir do governador medidas mais ousadas.

Hoje o governador, em uma entrevista à Jovem Pan, disse que, a partir do dia 11, ou do dia primeiro de junho, existe a possibilidade da retomada do comércio. Eu não sei.

Ontem, no debate que a gente fez sobre o feriado do dia 9, eu falei o seguinte, cadê o plano desse governo sobre o combate à pandemia? Porque, assim, cada dia é uma coisa, é uma novidade. Puxa feriado que é um dia para o outro, fecha a rua, faz rodízio de 50% da frota. É, assim, um espontaneísmo, uma falta de planejamento, em que pese o discurso seja o da ciência, o que já é um avanço, porque do outro lado a gente tem o discur-

so da imbecilidade, aquele discurso que é atrasado, retrógrado, sem conteúdo e que prega a morte todos os dias.

Aliás, mortes que, a gente viu, ontem, ultrapassar mil. Eu queria perguntar, porque, assim, outro dia acho que o próprio deputado Luiz Fernando fez uma observação dizendo o seguinte: “Tal dia o presidente anunciou que essa ‘gripezinha’ está passando, chegou ao auge e agora ela vai acabar”.

Mais de mil mortes ontem, mais de mil mortes! Nós já ultrapassamos todas as doenças com mortes, todas. A Covid-19 está em primeiro lugar. O Brasil está a passos largos para alcançar posições deploráveis. Deploráveis.

E aí a gente tem que ouvir deputados bolsonaristas fazerem a defesa do seu presidente de forma cega, ideológica, irracional, odiosa. O que não ajuda, o que não contribui. E aí é o debate da cloroquina contra a Tubaina. É impressionante. Impressionante.

Eu juro, eu fiz um discurso na Assembleia ano passado, no início do governo Bolsonaro - o deputado Gil Diniz deve se recordar, porque quando a gente elogia ele registra - e disse: “Espero que esse governo dê certo, espero que esse governo não dê errado, porque, se ele der errado, ele vai prejudicar os pobres, o cara que mora em Sapopemba, em São Mateus”, onde o deputado Gil trabalhou, conhece, tem parentes, tem filhos. São eles que vão sofrer.

Aliás, são eles que estão sofrendo, porque não tem mais vaga em UTI. Estamos chegando ao esgotamento, está colapsando o sistema de saúde e, infelizmente, o governo do estado e a prefeitura de São Paulo têm uma dificuldade enorme em poder avançar em medidas mais duras. Enorme.

Talvez no debate do projeto, amanhã, sobre o feriado do 9 de Julho a gente possa, aqui, enfrentar esse debate sobre medidas mais duras. Ou, quem sabe, a gente pode ser convencido de que é uma “gripezinha” e que pode deixar tudo aberto, tudo funcionando, que a economia tem que ser retomada urgentemente para poder garantir a eleição ou a reeleição do presidente da República.

Ou, quem sabe, o debate sobre se o Doria vai ser ou não vai ser candidato, enquanto as pessoas vão morrendo. Mais de mil pessoas morreram. Pessoas que têm famílias, têm filhos, têm avós, têm avôs, têm netos.

São essas as pessoas que estão pagando um preço caríssimo pelo negacionismo desse presidente da República. Negacionismo que não contribui. Nós temos um Ministério da Saúde tão importante que já dois secretários foram defenestrados porque não concordaram com o presidente da República.

Aliás, a gente deveria propor que o Bolsonaro assumisse o ministério da Saúde, porque ele sabe tudo. Libera a cloroquina, dá Tubaina e pronto, está resolvido. E não tem problema, porque brasileiro entra “em esgoto”.

Eu acho que o presidente está precisando tomar um banho de esgoto. Acho que esse é o grande lance para, quem sabe, melhorar a qualidade do presidente. Um banho de esgoto e ele vai perceber como funciona vírus.

Eu, ontem, tive a oportunidade de ler, vou aproveitar aqui. Deputado Gil aproveita para relaxar, sorrir e tal. É importante isso. Acho que é importante, deputado Gil. Até porque nós estamos falando de pessoas que morreram, estamos falando de pessoas que sofrem todos os dias.

E, ontem, lendo sobre a gripe espanhola de 1918, é impressionante, porque as pessoas não tinham a capacidade de identificar o vírus. Não havia instrumentos científicos. E, uma parte delas, agia exatamente como o Bolsonaro, que não tem a capacidade de olhar um microscópio, de entender o que é um vírus, uma bactéria, então, para ele, tudo é fácil, tudo é simplista. O que não é simplista é o sistema construído por ele para fazer o combate nas redes sociais, para fazer o combate contra aqueles que viraram seus inimigos.

Aqueles que, aliás, eram muito próximos, não é? A gente podia lembrar do Paulo Marinho, do Moro. A última defenestrada foi a secretária de Cultura. Defenestrada com classe, vai virar responsável pela Cinemateca, em São Paulo.

É impressionante. Isso porque eles, ali, têm uma relação muito boa, muito próxima, não é? Um defende o outro, o outro defende o e um e assim continua a república bolsonarista.

Com denúncias que envolvem corrupção, uso de dinheiro público para pagar advogado que advoga para doceria de um, doceria do outro. Aliás, assim, a gente já passou por laranjal. Agora nós entramos na fase mais chique. Agora é chocolate Kopenhagen, que antigamente era laranjal. Laranjal é uma coisa assim mais robusta.

O deputado Frederico d’Ávila, que vem do agronegócio, sabe que laranjal é para gente que tem que enfrentar sol, chuva, para colher laranja para poder sobreviver. Chocolate é para o pessoal mais nobre, da classe abastada e tal. Aí o Gil Diniz...

Está vendo o meu filho, tem que cuidar, não tem jeito. Estamos na quarentena, diferente de alguns que estão no carro. Ele não curte isso. Ele curte livro, ele curte outras coisas.

Querira concluir, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: primeiro, nós precisamos ouvir mais. O deputado Camarinha, que eu não o vejo aqui na tela, porque ele deve estar em outra

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para concluir, deputado Paulo.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Eu queria concluir e dizer que acho que o senhor fez o que era possível. Nós agora temos que fazer o impossível.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Obrigado, deputado Paulo Fiorilo. O próximo inscrito é o deputado Douglas Garcia. Tem a palavra Vossa Excelência para discutir o requerimento de urgência. Deputado Douglas Garcia. Ausente.

Ele pode se reinscrever caso assim o deseje. Deputado Gil Diniz. (Pausa.) O Gil está online, que eu estou vendo ele aqui. Tem a palavra Vossa Excelência, deputado Gil.

O SR. GIL DINIZ - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, presidente. Boa tarde a todos os pares aqui. Mandar um abraço para o Paulo Fiorilo, para o seu filho.

Estava brincando aqui, Fiorilo, na questão da arminha, mas sem dúvida alguma que ele se empenhe muito mais aí nos livros, mas que a arminha possa ser um brinquedo que se assim ele quiser que ele possa brincar também.

Aposto que muitos aqui já brincaram de polícia e ladrão, arminha de espoleta, e ninguém aqui se tornou bandido. Acho que não tem problema nenhum quanto a isso.

Dito isso, presidente, queria entrar aqui em algumas questões do projeto, mas não tem como deixar de responder ao deputado Paulo Fiorilo, que, infelizmente, saiu aqui agora da tela, mas colocar um vídeo que eu recebi ontem.

* * *

- É exibido o vídeo.

* * *

Olhe que interessante. Fala-se tanto do presidente Bolsonaro, que tem ali as suas falas mais incisivas, que você pode concordar ou não, você pode criticar ou não. Luiz Inácio agradecendo à natureza por esse vídeo.

Meu Deus do céu. Se não tiver um petista hoje aqui pedindo desculpa a essas famílias enlutadas, vocês não têm moral nenhuma para falar de qualquer declaração do presidente. Tomem vergonha na cara.

E Fiorilo e qualquer petista aqui, o esgoto que vocês estão propondo ao presidente passar podem ter certeza de que não vai ser o esgoto que o Luiz Inácio passou. Não vai passar na cadeia lá em Curitiba. Não vai ser um presidiário, um condenado pela Justiça, pelo juiz Sergio Moro, que vocês aplaudem agora porque entrou aí com um desgaste com o presidente, mas ele tem lá suas diferenças.

Espero que tudo se esclareça, mas pode ter certeza de que não vai ser o esgoto da corrupção. Quinhentos dias sem nenhu-